

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O DESEMPENHO ECONÔMICO DO MARANHÃO NOS ANOS 80 E SEUS REFLEXOS
NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO

Luciane Nunes Oliveira

Monografia submetida a coordenação
do Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Ceará,
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Sandra Maria dos Santos Cartaxo
Orientadora

O DESEMPENHO ECONÔMICO DO MARANHÃO NOS ANOS 80 E SEUS REFLEXOS
NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO

LUCIANE NUNES OLIVEIRA
BACHARELANDO

Monografia aprovada em 28 de Janeiro de 1993

Sandra Maria Santos Cartaxo
Orientadora

Jair do Amaral Filho

Maria Cristina Pereira de Melo

AGRADECIMENTOS

Sou pessoalmente grata a minha orientadora e amiga Sandra, pelas suas críticas e sugestões incentivadoras e que ainda generosamente tolerou o conseqüente atraso da conclusão desse trabalho.

Agradecimentos sinceros a banca examinadora constituída pelos professores Jair e Cristina, que foram particularmente valiosos na discussão do trabalho.

Sou agradecida em especial a minha amiga Christiane Luci por toda a colaboração dada, inclusive no que se refere à digitação deste trabalho. Minha gratidão ao meu amigo Guilherme Cazumba, que digitou o trabalho em um período curto de tempo, não tem limites.

Por fim, desejo expressar meus agradecimentos aos meus amigos Erivânio, Patrícia, Ludmila, Jairo, Vanda, e outros que conviveram comigo durante a realização do meu curso de graduação.

SUMÁRIO

Pag.

INTRODUÇÃO.....	1
1. ANTECEDENTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MARANHÃO.....	3
1.1. Antecedentes Históricos.....	3
1.2. A Economia Maranhense nos Anos 70.....	9
2. DESEMPENHO ECONÔMICO DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 80.....	14
2.1. Análise Global.....	14
2.2. Análise por Setor Econômico.....	20
2.2.1. Setor Primário.....	20
2.2.2. Setor Secundário.....	27
2.2.2.1. O Projeto Grande Carajás.....	32
2.2.3. Setor Terciário.....	38
3. RESULTADO DO DINAMISMO ECONÔMICO DO MARANHÃO NO CONTEXTO SOCIAL DURANTE OS ANOS 80.....	43
3.1. Aspecto Demográfico.....	43
3.2. Distribuição da Renda e Emprego.....	46
3.3. As Condições Habitacionais e Sanitárias.....	50
3.4. O Sistema Educacional.....	54
3.5. Saúde e Nutrição.....	58
4. CONCLUSÃO.....	62
5. BIBLIOGRAFIA.....	65

LISTA DE TABELAS

Página

TABELA 1 - Alocação dos Investimentos Realizados pela SUDENE no Período 1959/1977, Segundo os Estados do Nordeste (em %)	10
TABELA 2 - Composição Setorial do PIB do Estado do Maranhão (em %) - 1970/79	11
TABELA 3 - Taxa Média de Crescimento do PIB Total e PIB Per Capita do Nordeste - 1980/1987	15
TABELA 4 - Participação Relativa do PIB Estadual em Relação ao Nordeste e o Brasil - 1980/87 (em %)	16
TABELA 5 - Taxa de Desemprego do Maranhão, Nordeste e Brasil - 1980/89	17
TABELA 6 - Composição Setorial do PIB Maranhão, Nordeste e Brasil (em %) - 1980/89	18
TABELA 7 - Principais Produtos Agrícolas do Maranhão Segundo Volume Produzido, Área Colhida e Rendimento Médio - 1980/89	21
TABELA 8 - Condição Legal do Produtor Maranhense - 1980-1985	24
TABELA 9 - Distribuição Percentual dos Estabelecimentos Agrícolas, segundo Grupos de Áreas (%)	25
TABELA 10 - Uso da Terra no Maranhão - 1980-85	26
TABELA 11 - Indústrias Implantadas no Maranhão Segundo os Principais Ramos de Atividade em Números Absolutos e Relativos	28
TABELA 12 - Nordeste - Participação dos Estados no Valor das Exportações - 1980/89 - (%)	40
TABELA 13 - Volume Físico das Exportações para o Exterior - 1985/1990 Principais Produtos (em 1000t)	41
TABELA 14 - Volume Físico das Exportações Interestaduais - 1985/1990 Principais Produtos (em 1000t)	41

TABELA 15 - Participação e Taxa de Crescimento Medio Anual da População Rural e Urbana - 1980/1989.....	44
TABELA 16 - Participação e Taxa de Crescimento Medio Anual da População Economicamente Ativa Rural e Urbana - 1980/1989.....	45
TABELA 17 - Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas Segundo Rendimento Mensal (%) - Anos Seleccionados.....	47
TABELA 18 - Distribuição Percentual do Rendimento Mensal da PEA Rural (%) - (1980-1986-1989).....	48
TABELA 19 - Distribuição Percentual do Rendimento Mensal da PEA Urbana (%) - (1980-1986-1989).....	49
TABELA 20 - Estrutura Setorial da Força de Trabalho Ocupada (%) Anos Seleccionados.....	49
TABELA 21 - Taxa de Subemprego Invisível (%) - Anos Seleccionados.	50
TABELA 22 - Participação dos Domicílios em Termos de Abastecimento D'água e a Taxa de Variação no Período 1980/89....	51
TABELA 23 - Participação dos Domicílios em Termos de Abastecimento D'água e a Taxa de Variação no Período 1980/89 (Rural).....	51
TABELA 24 - Participação dos Domicílios em Termos de Abastecimento D'água e a Taxa de Variação no Período 1980/89 (Urbana).....	52
TABELA 25 - Situação dos Domicílios em Termos de Energia Elétrica - 1980/89.....	52
TABELA 26 - Situação dos Domicílios em Termos de Energia Elétrica - 1980/89 - (Rural).....	53
TABELA 27 - Situação dos Domicílios em Termos de Energia Elétrica - 1980/89 - (Urbana).....	53
TABELA 28 - Destino dado ao Lixo 1981/1989.....	54

TABELA 29 - Taxa de Alfabetização da População por Faixa de Idade - 1980/89 (%).....	55
TABELA 30 - Taxa de Alfabetização da População por Faixa de Idade - 1980/89 (%) - (Rural).....	56
TABELA 31 - Taxa de Alfabetização da População por Faixa de Idade - 1980/89 (%) - (Urbana)	56
TABELA 32 - Participação e Taxa de Crescimento dos Estabelecimen- tos Públicos e Particulares.....	57
TABELA 33 - Número de óbitos por 1000 habitantes no Maranhão e Nordeste - 1985.....	59
TABELA 34 - Taxa de Mortalidade Infantil por mil - (1980/86)	60

INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 80, a economia nacional passou por uma das mais sérias crises econômica-financeira e social de sua história, vivendo o agravamento do endividamento externo, da queda de produção em vários setores, da elevação da inflação, e do aumento do desemprego, decorrente de medidas de políticas de ajustamento visando favorecer a transferência financeira para o exterior.

Contudo, apesar desse quadro global de dificuldades pelo qual passou a economia nacional, os números estão a indicar um expressivo crescimento da economia do Estado do Maranhão nos anos 80. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é analisar o desempenho econômico maranhense nos diversos setores da economia, avaliando as repercussões dos grandes projetos implantados e questionando de que forma esse crescimento beneficiou a população estadual.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo será traçado um breve panorama histórico do processo de transformação sócio-econômica do Maranhão. Inicialmente se fará uma análise dos antecedentes históricos até a década de 70 e na parte final do mesmo capítulo considerar-se-á o desempenho da economia maranhense nos anos 70.

Os capítulos seguintes abordarão a economia na década de oitenta e seus reflexos sociais.

No segundo capítulo serão analisados os principais indicadores econômicos do Estado, que pretendem evidenciar os resultados do comportamento da economia nessa década. Tem-se uma análise global e em seguida se enfoca cada setor econômico, destacando-se numa parte desse capítulo, o Programa Grande Carajás, que teve um expressivo papel para o desenvolvimento do Estado.

Por fim, o terceiro capítulo procurará verificar as mudanças ocorridas na economia do Estado ao longo dos anos 80, nas condições de vida da população maranhense.

CAPÍTULO 1

1. ANTECEDENTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MARANHÃO

1.1. Antecedentes Históricos

A economia do Maranhão, até o final do século XIX tinha como base de sustentação as atividades comerciais e agroexportadoras, sobressaindo-se a produção do algodão, açúcar, arroz e couro, cuja demanda se expandia no mercado internacional, principalmente, na Inglaterra.

O algodão atinge uma elevada produção em 1854, declina nos anos subsequentes, e só em 1869 atinge nova e expressiva elevação, estimulada pela alta internacional dos preços provocada pelas guerras internas dos Estados Unidos e pela Guerra Brasil-Paraguai ⁽¹⁾.

A estagnação dos preços do algodão e os elevados preços dos escravos levaram os produtores maranhenses a produzir o açúcar, que em curto período de tempo manteve expressivo níveis de produção, induzindo os produtores a modernizarem os engenhos, alguns dos quais de grande capacidade produtiva, como foi o caso do Engenho Central de São Pedro.

(1) TRIBUZI, Bandeira. Formação Econômica do Maranhão; Uma Proposta de Desenvolvimento. São Luís, FIPES, 1981. p. 18.

Mas, a instalação e modernização de inúmeros engenhos se deram às custas de elevados endividamentos, que não puderam ser honrados pelos produtores, visto que estavam desestimulados a produzir devido à libertação dos escravos, e ainda ao sistema de transporte fluvial dificultava a penetração em novas terras favoráveis à expansão da cultura. Assim, por volta de 1888, este ciclo entra em declínio em decorrência principalmente da libertação dos escravos, pois tratava-se de uma cultura que exigia um grande número de mão-de-obra e na época, havia no Estado grande escassez de mão-de-obra ⁽²⁾.

Daí, com a abolição do trabalho escravo, declina a produção do açúcar e, conseqüentemente, a atividade industrial nela apoiada, o que logo resultou numa desordem das atividades agrícolas, determinando uma crise econômica no Maranhão.

A desorganização que se estabeleceu sobre o sistema produtivo agrário fez com que os empresários comerciais e rurais voltassem suas expectativas para a indústria. Tem-se início o que Viveiros chamou de "vertigem das fábricas, a loucura de transformar o Maranhão agrícola no Maranhão Industrial" ⁽³⁾.

Assim, em um período relativamente curto, contava o Maranhão com mais de duas dezenas de fábricas distribuídas nos ra-

(2) Idem, P. 19 e 20.

(3) VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão. 1612-1895. São Luís: Editora da Associação Comercial, 1964. V. 1, p. 568.

mos açucareiro, têxtil, chumbo e prego, calçados e roupas, entre os quais assumia posição de destaque, o ramo têxtil ⁽⁴⁾. Contava para isso, com disponibilidade de matéria-prima e capital e de mão-de-obra relativamente significativa, além de toda maquinaria encontrar-se a disposição no mercado internacional ⁽⁵⁾.

As indústrias têxteis distribuíram-se nos principais centros urbanos nos últimos vinte anos do século XIX, sendo 5 (cinco) localizadas em São Luís, 4 (quatro) em Caxias e 1 (uma) em Codó, onde o Capital Comercial constituiu a maior fonte de recursos ⁽⁶⁾.

Vale dizer que o setor têxtil no Maranhão apresentou rápidos momentos de expansão, favorecido principalmente pela conjuntura internacional de altos preços de algodão e tecido durante as duas grandes guerras mundiais. Entretanto, cessadas as guerras e a contingência favorável de preços internacionais, este setor entrou, por volta de 1950, em uma longa crise até extinguir-se quase que completamente no início da década de 60 ⁽⁷⁾.

(4) Idem, p. 22.

(5) MELO, Maria Cristina Pereira de. O bater dos panos. São Luís: SIOGE, 1990. P. 34.

(6) Idem, P. 34-35.

(7) FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes & RIBEIRO, Évila Brito. Desenvolvimento Industrial do Maranhão. Ensaio Sócio-econômico e Histórico. São Luís, 1991. P. 3.

De acordo com Maria Cristina Melo, os fatores que contribuíram para a desaceleração da indústria têxtil maranhense foram necessariamente as próprias características do processo de trabalho. Isto é, as práticas de superexploração levaram a inferioridade da produtividade do trabalho. E uma vez que nos anos 50 ocorreu a ruptura das economias regionais, as fábricas maranhenses, que operavam com capital sob composição orgânica inferior, foram colocadas em confronto sistemático com outras que operavam sob composição orgânica do capital superior. Deste modo, as fábricas maranhenses não podiam competir em preço e qualidade, assim como "estavam postas em cheque as próprias formas específicas de reprodução do capital" (8).

Por outro lado, ao aproximar-se da década de 50, ativava-se no Maranhão uma produção agrícola diversificada, notadamente de cereais, decorrente da disponibilidade de terras devolutas e de mão-de-obra disponível, devido aos grandes fluxos migratórios no Nordeste e a decisão federal de interligação rodoviária das macrorregiões brasileiras (Maranhão/Nordeste/resto do País).

À medida em que a produção de cereais aumentou, cresceu a produção de amêndoas de babaçu, produtos estes que tornaram o Maranhão um grande exportador para outros Estados da União e para o exterior de cereais, principalmente de arroz, óleo e torta de babaçu.

(8) MELO, Maria Cristina Pereira de. Op. Cit. P. 45 e 46.

A amêndoa de babaçu foi primeiramente utilizada para o auto-consumo da população e somente a partir da primeira guerra mundial torna-se importante produto de interesse da indústria oleaginosa estrangeira, inicialmente na Alemanha (9).

No entanto, somente nas décadas de 50 e 60, dá-se o início do processo ordenado de implantação e consolidação da indústria do babaçu. É importante assinalar que a viabilidade da industrialização da amêndoa de babaçu foi possibilitada pelo capital comercial, auxiliado pelos incentivos do setor secundário pelos órgãos de desenvolvimento regional, particularmente, a SUDENE e a SUDAM (10).

Segundo dados do Cadastro Industrial do Maranhão, no início de 1950, já existiam no Maranhão 11 usinas esmagadoras de amêndoas de babaçu. Esse número atingiu, em 1970, a cifra de 17 usinas, empregando diretamente 870 trabalhadoras.

Contudo, logo no início dos anos 70, surgiram sinais de crise no setor industrial do babaçu, devido, principalmente, à grande extensão da capacidade de produção e a escassez da oferta de matéria-prima (amêndoa do coco de babaçu), levando as unidades de beneficiamento a elevado grau de ociosidade da capacidade

(9) AMARAL FILHO, Jair do. A Economia Política do Babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990. P. 25 a 27.

(10) Idem, P. 39 e 40.

instalada e, conseqüentemente, cessando as atividades de numerosas usinas ⁽¹¹⁾.

Outro fator que merece destaque é a pecuária, que no Maranhão foi utilizada inicialmente para atender as necessidades de energia, transporte e tração requeridas pelas culturas, principalmente da cana-de-açúcar e algodão, e em seguida o couro foi utilizado como embalagem na exportação de açúcar. Apenas, ao aproximar-se a segunda metade do presente século, a pecuária se estabeleceu em algumas regiões do Estado como atividade principal e a partir dos anos 60, a pecuária (agora menos extensiva) expandiu-se em outras regiões do Estado ⁽¹²⁾, expansão esta, provocada e favorecida pelo deslocamento da fronteira agrícola.

Vale mencionar, que a expansão da pecuária foi um forte fator que contribuiu para a diminuição acentuada dos babaçuais, uma vez que os proprietários de terras substituíram as áreas densas em babaçu por pastos destinados ao rebanho bovino ⁽¹³⁾.

Por fim, pode-se dizer que ao aproximar-se a década de 70, surge a expectativa de um dinamismo industrial, com uma ten-

(11) FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes & RIBEIRO, Évila Brito. Op. cit. P. 5 e 6.

(12) VIANA, César Rodrigues. Desenvolvimento Agrícola no Maranhão: A pequena e média produção. São Luís, UFMA, 1991. P. 3 e 4.

(13) É importante acrescentar que a nova atividade pecuária, sobretudo, no Médio Mearim e na região de Imperatriz, apoiou-se na política de incentivos fiscais propiciada pela SUDAM e SUDENE. Vide AMARAL FILHO, Jair do. Op. Cit. P. 231.

dência de diversificação de atividades fabris, com a instalação de alguns empreendimentos de grande porte (indústria de cimento, álcool, papel, papelão e celulose) ⁽¹⁴⁾.

1.2. A Economia Maranhense na Década de 70

Para uma melhor análise da economia maranhense dos anos 80, faz-se necessário focar a economia nos anos 70, cujos impactos tiveram repercussões significativas.

De acordo com informações da SUDENE, no período de 1970/80, o PIB Maranhense apresentou uma taxa média de crescimento de 9,2% ⁽¹⁵⁾. No entanto, sua participação em relação ao Nordeste caiu de 7,3% para 6,6% nesse período ⁽¹⁶⁾. Levando em consideração que grande parte dos incentivos do Nordeste foi destinado para outros Estados mais desenvolvidos, notadamente a Bahia, Pernambuco e Ceará, essa queda chega a ser inexpressiva.

Quanto a este último aspecto, vale apontar que no período de 1959/77, o total de investimentos com recursos da SUDENE no Maranhão representava 2,6% do total aplicado em toda a Região. Enquanto, que na Bahia, Pernambuco e Ceará, foram respectivamente, 48,5%, 17,8% e 11,7% (TABELA 1).

(14) POLARY, José Henrique Braga. Reflexões sobre o Quadro Global e Setorial da Economia Maranhense. São Luís. IPES, 1978. P. 34.

(15) SUDENE. Produto e Formação Bruta de Capital - Nordeste do Brasil. 1965-89. Recife, 1990. P. 38.

(16) Dado do IPES.

Ainda na TABELA 1, observa-se que enquanto o Maranhão aplicava na pecuária um maior percentual de recursos (17,4%) em todo o período Bahia, Pernambuco e Ceará aplicavam nesse setor, respectivamente, 16,9%, 14,1% e 16,6% dos recursos. No entanto, para o setor secundário que tem o maior efeito propulsor do desenvolvimento econômico, o Maranhão foi beneficiado apenas com 0,3% dos recursos, enquanto a Bahia beneficiou-se com 54,4%, Pernambuco com 17,8% e o Ceará com 11%. Quanto ao setor serviços nenhum recurso da SUDENE se aplicou no Maranhão.

TABELA 1
Alocação dos Investimentos Realizados pela SUDENE
no Período 1959/1977, Segundo os Estados do Nordeste
(Em %)

Estados	Todos os Setores	Agropecuária	Indústria	Serviços
Maranhão	2,6	17,4	0,3	-
Bahia	48,5	16,9	54,4	6,4
Pernambuco	17,8	14,1	17,8	50,9
Ceará	11,7	16,6	11,0	6,4
Outros	19,4	35,0	16,5	36,3
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0

FORTE: POLARY, José Henrique Braga op cit p. 52.

Analisando a composição setorial do PIB ao longo dos anos 70, observa-se que os setores primário e secundário apresentaram uma queda de participação na formação do PIB. Quanto ao setor terciário observou-se uma tendência crescente de aumento ao longo do período (TABELA 2).

TABELA 2
Composição Setorial do PIB do Estado do Maranhão (em %) - 1970/79

Anos	Setores Econômicos		
	Primário	Secundário	Terciário
1970	40,6	19,7	40,3
1971	41,1	17,7	41,2
1972	41,8	14,9	43,3
1973	40,8	19,2	40,0
1974	42,4	18,8	38,8
1975	45,0	14,3	40,7
1976	42,1	14,9	43,0
1977	37,4	15,3	47,3
1978	35,9	15,7	48,4
1979	37,7	13,7	48,6

FONTE: SUDENE - Produto e Formação Bruta de Capital 1965-89.

Na TABELA 2 verifica-se que o setor primário maranhense em 1970, teve uma participação de 40% do valor do PIB e esse índice modificar-se-ia para 37,7% em 1979. Considerando que o Maranhão é predominantemente agrícola, essa queda é significativa. Contudo, a agricultura maranhense foi muito prejudicada nesse período pela "progressiva substituição de terras agricultáveis por áreas de pastagens, que não acarretavam o correspondente gerador de rendas e produção, tendo ainda o agravante de contribuir para a expulsão de mão-de-obra rural em direção às periferias urbanas e de acelerar o fechamento das chamadas frentes pioneiras de ocupação" e ainda foi prejudicada pela política de incentivos fiscais praticadas pela SUDENE e SUDAM, que aprovaram a liberação dos recursos para a agropecuária sem um maior acompanhamento e fiscalização (17).

(17) MARANHÃO, Governo do Estado do. Plano de Governo -1988-1990. São Luís, 1987. P. 17.

Quanto ao setor secundário, depois de participar com 19,7% na formação do PIB em 1970 passou a ter no final da década 13,7% (TABELA 2). Deste modo o Maranhão se distanciou ainda mais dos outros Estados nordestinos nesse período, devido mais uma vez aos incentivos fiscais, que favoreceram a concentração industrial macro-regional e ainda por este setor continuar a ser complementar de atividades primárias de produção (beneficiamento de arroz, beneficiamento do extrativo babaçu e da madeira) com reduzida incorporação de valor adicionado ⁽¹⁸⁾. Contudo, destaca-se o alto valor adicionado do babaçu na indústria extrativa.

Convém mencionar, que os segmentos industriais que se expandiram nesse período foram a construção civil, indústria de minerais não metálicos, madeira, metalurgia e produtos alimentares, todos ligados ao processo de urbanização ocorrido no Estado.

Com relação ao setor terciário tem-se que o crescimento desse setor na composição do PIB não se fez a partir do crescimento dos outros dois setores como normalmente acontece. Os fatores que contribuíram para esse crescimento foram: primeiro, a atuação do governo federal que impulsionou as transferências e segundo os Intermediários Financeiros, que apoiados pelo processo especulativo-financeiro, cresceram significativamente no período contribuindo para o dinamismo do setor terciário. Contudo, esse crescimento do setor terciário nos anos 70 foi ainda em grau

(18) POLARY, José Henrique Braga. Op. Cit. P. 15.

reduzido para estreitar o distanciamento do Estado no tocante ao Nordeste (19).

Pelo exposto, houve crescimento econômico no Estado do Maranhão na década de 70, mas esse crescimento foi insuficiente para melhorar a qualidade de vida da população estadual e para fazer face ao ritmo de crescimento estabelecido no Centro-Sul e em alguns Estados nordestinos.

(19) Idem, p. 38-39.

CAPÍTULO 2

2. DESEMPENHO ECONÔMICO DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 80

2.1. Análise Global

A nível de economia nacional a década de 80 foi marcada por uma das mais sérias crises de sua história, reflexos de políticas implementadas em período anterior.

O fato é que na década de 70 houve uma espetacular invasão do capital externo no Brasil, que proporcionou um crescimento econômico acompanhado de uma dívida externa exorbitante, o que levou o Governo brasileiro nos anos 80, a tomar medidas políticas de ajustamento visando favorecer a transferência financeira para o exterior.

A utilização de tais políticas de ajustamento conseguiu gerar elevados saldos na balança comercial do País, entretanto, isso fez com que a economia brasileira passasse durante a década por recessão (1981/83 e 1987/88), crise e pouco crescimento, o que veio agravar funções fundamentais para a economia e a sociedade brasileira (20).

(20) COSTA FILHO, Samuel. O Comportamento da Economia Nordestina em Decorrência das Políticas de Ajustamento Econômico dos anos 80. Fortaleza, CAEN, 1992. P. 127 e 128.

O que se viu nesse período, foi a aceleração considerável da inflação, desaceleração do produto interno bruto, elevação do déficit público, altas taxas de desemprego, os serviços prestados pelo Estado, tais como educação, habitação, transporte e saúde foram grandemente deteriorados e vale dizer que o problema da dívida externa continuou sem ser resolvido.

Apesar desse quadro global de dificuldades pelo qual passou a economia nacional os dados estatísticos disponíveis apontam um expressivo crescimento da economia do Estado do Maranhão no período 1980/89.

Ao longo do período de 1980/87, o Maranhão atingiu um crescimento médio do PIB de 11,7%, ao passo que a macro-região foi de 5,8% e o Brasil na ordem de 3,7% (TABELA 3). Trata-se, sem

1
TABELA 3
Taxa Média de Crescimento do PIB Total e
PIB Per Capita do Nordeste - 1980/1987

Discriminação	PIB Total 1980/87	PIB Per Capita 1980/87
Brasil	3,7	1,0
Nordeste	5,8	3,6
Maranhão	11,7	8,5
Piauí	7,7	5,1
Ceará	7,6	5,4
R. G. do Norte	12,4	10,1
Paraíba	4,8	3,2
Pernambuco	4,2	2,4
Alagoas	6,0	6,4
Sergipe	7,1	4,6
Bahia	5,7	3,3

FONTE: Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea
Nordeste - Indicadores de Desenvolvimento e
Desigualdades. Fortaleza, 1991.

dúvida, de uma boa performance, já que o País estava passando por uma séria crise e os grandes projetos implantados no Maranhão somente geraram resultados em termos de produtos após 1984.

Tomando-se ainda como parâmetro esse agregado, constata-se que no período de 1980/87 o Maranhão foi, particularmente um dos Estados do Nordeste com alta taxa média de crescimento (11,7%), ficando abaixo apenas do Rio Grande do Norte (12,4%), mas superando os Estados da Bahia (5,7%), Pernambuco (4,2%) e Ceará (7,6%).

O PIB per capita, por sua vez, também apresentou um comportamento muito bom no período considerado. A taxa de crescimento média do PIB per capita do Estado foi de 8,5%, enquanto que a do Nordeste ficou em 3,6% e a brasileira 1,0%. Em relação aos outros Estados foi ultrapassado apenas pelo Rio Grande do Norte (10,1%).

TABELA 4
Participação Relativa do PIB Estadual
em Relação ao Nordeste e o Brasil
1980/87 (em %)

Anos	MA/NE	MA/BR
1980	6,62	0,84
1985	6,35	1,10
1987	6,98	1,00

FONTE: IPES.

Na década de 80, o Maranhão obteve uma taxa de crescimento econômico que permitiu elevar a sua participação no PIB do

Nordeste de 6,62% em 1980 para 6,98% em 1987 e em relação ao País foi de 0,84% em 1980 e 1,0% em 1987 (TABELA 4). Contudo, esta variação foi ainda pequena, pois o distanciamento econômico do Maranhão em relação aos outros estados brasileiros era e ainda é muito grande, necessitando assim de um crescimento mais acentuado em toda a sua estrutura produtiva e não só em alguns segmentos.

TABELA 5
Taxa de Desemprego
do Maranhão, Nordeste e Brasil
1980/89

Anos	Brasil	Nordeste	Maranhão
1980	2,23	2,92	2,16
1981	4,26	3,47	-
1982	3,93	3,12	-
1983	4,86	3,76	1,85
1984	4,26	3,32	1,70
1985	3,38	2,55	1,33
1986	2,42	2,29	1,42
1987	3,58	3,43	2,01
1988	3,80	3,75	2,69
1989	3,02	3,24	2,42

FONTE: Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea
- Nordeste

Nota: Taxa de desemprego - relação entre as pessoas não ocupadas (procurando emprego) sobre o total da PEA.

Outro aspecto que merece ser analisado diz respeito à variação da taxa de desemprego para o Maranhão, Nordeste e para o País. Verificando a TABELA 5, constata-se que ao longo desse período o Maranhão situou-se em patamares inferiores aos níveis encontrados para o Nordeste e Brasil. Deve-se observar que os menores índices de ociosidade da força de trabalho deu-se nos anos de 1985 e 1986, provavelmente em razão da implantação de grandes

projetos no Estado e além disso, teve-se um reflexo do 'boom' do Plano Cruzado, que aumentou o nível de emprego em todo o País.

O Desempenho da economia maranhense no período de 1980/89, quando contextualizado do ponto de vista setorial, permite verificar uma progressiva queda da participação do setor primário na formação do PIB estadual, saindo de 36,2% em 1980 para atingir 13,1% em 1989 (TABELA 6). Isto deve-se à baixa evolução tecnológica e pouca diversificação de produtos com baixo poder de competição no mercado externo e interno, além disso, a agricultura perde a importância para a pecuária extensiva que ocupa muita terra, produz menos e oferece pouco emprego à população rural.

TABELA 6
Composição Setorial do PIB Maranhão, Nordeste e Brasil
(em %) - 1980/89

Anos	Brasil			Nordeste			Maranhão		
	Prim.	Sec.	Terc.	Prim.	Sec.	Terc.	Prim.	Sec.	Terc.
1980	10,0	38,1	51,9	17,2	29,3	53,4	36,2	14,3	49,5
1981	9,0	36,6	54,4	16,7	27,7	55,6	30,7	14,4	54,9
1982	7,7	36,3	56,0	14,3	29,1	56,6	28,7	17,0	54,3
1983	9,8	33,5	56,7	13,2	32,3	54,5	25,7	17,8	56,5
1984	10,2	34,4	55,4	16,3	31,6	52,1	26,3	13,6	60,1
1985	9,8	34,4	55,8	16,2	30,1	53,6	19,0	17,8	63,1
1986	9,2	39,9	50,9	14,8	26,9	58,2	22,0	16,8	61,2
1987	7,7	36,5	53,8	13,2	29,7	57,1	16,3	20,8	62,9
1988	7,6	37,9	54,5	16,1	28,4	55,5	14,6	20,7	64,6
1989	6,9	34,5	58,6	13,4	29,4	57,2	13,1	20,6	66,3

FONTE: SUDENE-Produto e Formação Bruta de Capital 1965-89.

Deve-se observar que a queda da participação do setor primário no PIB ocorreu também no Nordeste e no País como um todo.

Com referência ao setor secundário maranhense, o que se observa é que este aumentou sua participação no PIB de 14,3% em 1980 para 20,6% em 1989. Tal evolução deveu-se basicamente à implantação de grande projetos vinculados ao Programa Grande Carajás, como o caso da indústria de alumínio/alumina e a operação comercial da Companhia do Vale do Rio Doce e a outros projetos de menor porte. Isso pode ser observado na TABELA 6 onde se verifica um maior crescimento da participação das atividades industriais no PIB estadual na segunda metade da década, quando tais projetos entraram em operação.

Quanto ao setor terciário, este manteve a trajetória de um crescimento contínuo e deteve a maior participação relativa do PIB em toda a década. Esse setor alcança, em 1989, 66,3% de participação do PIB graças, particularmente, ao crescimento da demanda por bens e serviços derivada da implantação dos projetos de grande e médio porte no Estado e da ampliação do comércio externo.

Procurar-se-á examinar estes aspectos com mais profundidade nos itens seguintes.

2.2...Análise por Setor Econômico

2.2.1...Setor Primário

Como dito anteriormente, o setor agrícola maranhense apresentou uma participação decrescente no PIB total no decorrer da década de 80.

Com os resultados disponíveis da produção agrícola maranhense (TABELA 7), é possível fazer um balanço do desempenho da agricultura no período em questão. Dentre os principais produtos o que mais se destacou foi o arroz (cultura que ocupou a maior área cultivada e gerou maior volume de emprego no meio rural) e em menor escala, sobressaíram-se feijão, milho, mandioca e soja.

No decorrer da década de 80, observa-se uma tendência declinante na produção de arroz. Em 1980, obteve-se uma produção de 1.281.316 toneladas superior a 1989 que foi de 1.091.568 toneladas com produtividade inferior em 120 kg/ha. Considerando que a população aumentou no decorrer desse período em mais um milhão de habitantes houve também redução na disponibilidade de arroz por habitante.

Esses dados ainda revelam que a cultura do arroz é vulnerável às variações climáticas, uma vez que nos anos de escassez de chuva (1983 e 1987) ficou reduzido à metade da produção dos

anos de chuvas normais (TABELA 7) (21).

TABELA 7
Principais Produtos Agrícolas do Maranhão Segundo
Volume Produzido, Área Colhida e Rendimento Médio
1980/89

Produtos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	
Arroz	Produção (t)	1.281.316	696.951	1.575.030	430.939	1.145.223	622.877	1.291.982	595.829	1.294.311	1.091.568
	Área Colhida (ha)	988.849	1.028.171	1.167.204	723.053	820.211	642.068	937.419	930.237	955.578	928.470
	Rend. Médio (kg/ha)	1.295	672	1.349	596	1.396	970	1.378	641	1.354	1.175
Feijão	Produção (t)	41.888	41.471	58.690	17.419	35.015	31.032	48.386	33.315	43.857	49.454
	Área Colhida (ha)	96.678	120.865	117.380	63.581	87.805	88.643	100.952	88.206	95.442	106.144
	Rend. Médio (kg/ha)	433	343	500	274	399	350	479	378	457	465
Mandioca	Produção (t)	3.279.641	3.112.240	3.493.621	2.439.249	1.647.785	1.020.687	1.808.315	1.965.868	1.619.514	1.820.793
	Área Colhida (ha)	368.322	389.490	450.128	358.255	294.353	165.320	228.352	242.460	204.715	227.630
	Rend. Médio (kg/ha)	8.904	7.991	7.761	6.809	8.063	6.174	7.919	8.108	7.411	7.996
Milho	Produção (t)	270.583	144.470	303.592	86.620	268.662	125.141	302.231	110.478	339.723	334.229
	Área Colhida (ha)	495.723	496.321	553.401	363.346	463.823	359.744	525.923	504.239	537.992	572.319
	Rend. Médio (kg/ha)	545	291	549	238	579	348	575	219	631	583
Soja	Produção (t)	96	112	430	-	7.649	9.012	13.881	8.864	25.916	38.802
	Área Colhida (ha)	80	66	215	-	4.288	8.129	8.868	8.545	14.365	22.812
	Rend. Médio (kg/ha)	1.200	1.697	2.000	-	1.748	1.109	1.565	1.037	1.804	1.700

FONTES: IBGE - Censos Agropecuários do Maranhão - 1980/89.

Nota: Tabela elaborada pela autora.

A produção de feijão manteve-se relativamente constante, havendo decréscimo da produção decorrente, também, de problemas climáticos. Pode-se observar na TABELA 7 que, em 1989, ocorrera a segunda maior safra da década com 49.454 toneladas contra 41.888

(21) Mesmo assim, no final deste período, "o Maranhão manteve a sua posição de 3º maior produtor de arroz, perdendo apenas, para Rio Grande do Sul e Goiás". Ind. Econ. V. 7, nº 1, São Luís, 1989. P. 8.

em 1980. Contudo, o crescimento da produção do feijão não acompanhou o crescimento populacional neste período, pois a disponibilidade por habitante passou de 10,4 para 9,7 Kg/hab/ano (22).

A produção de mandioca apresentou, na década de 80, índices decrescentes ano após ano. Observa-se no período uma queda de 44,5% no volume produzido e de 38,2% na área colhida, isto é, teve sua produção reduzida de 3.279.641 toneladas em uma área de 368.322 hectares em 1980, para 1.820.793 toneladas em uma área de 227.630 hectares em 1980.

Quanto ao milho e a soja, estas foram as únicas culturas que apresentaram um aumento real de produção. O milho, embora apresentando volume baixo, teve sua produção elevada de 270.583 toneladas em 1980, para 334.229 toneladas em 1989, com um aumento de 23,5%, devido à expansão da área colhida e da produtividade média. Tal melhoria de rendimento deveu-se à melhor qualidade das sementes distribuídas e ao tratamento mecanizado que recebeu no período (23).

A soja a partir de 1984 passou a ser uma cultura muito importante na produção agrícola do Maranhão, sendo cultivada sobretudo nas regiões de cerrado do sul do Estado. Sua produção, em 1984, foi de 7.649 toneladas e em 1989, obteve uma produção de 38.802 toneladas, sendo estes índices ainda muito modestos, mas

(22) VIANA, César Rodrigues. Op. Cit., P. 7.

(23) Perfil do Maranhão 90. P. 200.

apresentando em 1989 produtividade média (1.700 Kg/ha) próxima da nacional (1.971 Kg/ha) (TABELA 7). Vale acrescentar, que a cultura da soja tem sua "evolução retardada pela precariedade da infraestrutura, principalmente transporte, armazenamento, crédito e canais de comercialização" (24).

Do exposto até aqui, sobre o comportamento da produção agrícola do Maranhão na década de 80, constata-se que se configurou uma profunda crise de produção, uma vez que, com exceção do milho e da soja, os demais produtos apresentaram decréscimos de produção e produtividade (TABELA 7).

Vale apontar que esta crise resultou, dentre outros fatores, da estagnação tecnológica, das questões fundiárias, do desequilíbrio agro-ecológico e ainda da falta de apoio dos serviços públicos à produção e comercialização e de implemento da infraestrutura rural (25).

Deste modo, o que ocorreu no Maranhão foi que a agricultura baseada na fertilidade do solo enfrentou a diminuição da produção por área (devido ao esgotamento do solo) e a redução do tamanho da unidade de produção causada pela posse e uso da terra.

Na TABELA 8, que versa sobre a condição legal do produtor maranhense observa-se uma forte concentração da posse e uso

(24) Plano de Governo. 1988-90. Op. Cit. P. 33.

(25) VIANA, César Rodrigues. Op. Cit. P. 6.

da terra, que tem sido um dos fatores negativos a afetar as condições do campo no Estado. Os dados mostram que em 1985, 18,1% do total dos estabelecimentos existentes estavam ocupados por seus respectivos proprietários, correspondendo 62,6% da área total. Com relação aos não proprietários (arrendatários, ocupantes, administradores e outros), representavam 81,9% em 1985, e ocupavam juntos 37,4% da área total, sendo que 31% era ocupada apenas por administradores.

TABELA B
Condição Legal do Produtor Maranhense
1980-1985

Condição do Produtor	Estabelecimentos				Área (ha)			
	1980		1985		1980		1985	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Proprietário	86.457	16,2	96.115	18,1	9.910.903	65,5	9.741.039	62,6
Arrendatário	225.279	45,4	224.654	42,3	462.715	3,1	387.108	2,5
Ocupante	182.973	36,8	201.975	38,0	847.393	5,6	606.976	3,9
Administrador	8.019	1,6	8.669	1,6	3.913.224	25,9	4.813.145	31,1
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	496.758	100,0	531.413	100,0	15.134.235	100,0	15.548.268	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Maranhão - 1980-85.

Nota: Tabela elaborada pela autora.

Ainda dentro deste contexto, a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980 e 1985 revela uma elevada e crescente concentração de terras nas mãos de uma reduzida minoria no Estado, uma vez que, menos de 1% dos maiores estabelecimentos controlava, em 1985, 41,3% da área. Os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 83,8% do total e ocupavam somente 4,4% da superfície agrícola do Maranhão, mostrando, assim, uma situação mais

grave que a da Região Nordeste e a do País como um todo (TABELA 9).

Vale dizer que a concentração de terras no Maranhão não é recente, ela tem raízes históricas, mas sem dúvida, nas últimas décadas, foi agravada "pelas alienações de grandes áreas de terras devolutas realizadas pelos Governos do Estado do Maranhão. As demarcações fraudulentas e as grilagens, realizadas geralmente com a conivência dos cartórios, também contribuíram para a concentração da propriedade" (26).

TABELA 9
Distribuição Percentual dos Estabelecimentos Agrícolas,
segundo Grupos de Áreas (Z)

Discriminação	Brasil		Nordeste				Maranhão					
	1980		1985		1980		1985		1980		1985	
	NE	Área	NE	Área	NE	Área	NE	Área	NE	Área	NE	Área
menos de 10 ha	58,4	2,5	52,9	2,7	67,7	5,1	70,5	5,4	85,2	4,8	83,8	4,4
10 a menos de 100 ha	39,2	17,7	37,1	18,5	26,1	23,0	23,8	23,2	9,9	13,1	10,7	15,3
100 a menos de 1000 ha	9,5	34,8	8,9	35,0	5,8	40,3	5,1	39,3	4,4	38,3	4,3	38,8
1000 ha a mais	0,9	45,0	0,9	43,8	0,4	31,6	0,3	32,1	0,5	43,8	0,4	41,3

FDNTE: IBGE - Censo Agropecuário - 1980-85.

Nota: Tabela elaborada pela autora.

É importante mencionar que a pecuária muito contribuiu para a queda da produção agrícola, uma vez que, as áreas de lavoura da pequena produção, normalmente, foram transformadas em áreas de pastagens, pois os grandes proprietários, devido à redução da capacidade de suporte das pastagens antigas preferiram à ex-

(26) Idem, p. 7.

passão para novas áreas, a recuperação de faixas degradadas (27).

Assim, na TABELA 10, pode-se observar que em 1985, a área destinada à lavoura foi menor que a ocupada pelas pastagens, matas, florestas e terras produtivas não utilizadas. Verifica-se ainda, que enquanto a área destinada a pastagem aumentou em 38% em cinco anos, a ocupada pela lavoura aumentou apenas em 16,4%.

TABELA 10
Uso da Terra no Maranhão
1980-85

Anos	Total		Utilização das Terras							
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Lavoura		Pastagens		Matas e Florestas		Produtivas não Utilizadas	
			Informantes	Área (Ha)	Informantes	Área (Ha)	Informantes	Área (Ha)	Informantes	Área (Ha)
1980	496.758	15.134.237	575.155	2.482.837	72.874	4.849.106	35.496	3.438.493	55.612	3.810.430
1985	531.413	15.548.269	626.112	3.040.007	87.949	5.446.563	40.514	3.123.234	64.485	3.305.402

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1980 e 1985.

Nota: Tabela elaborada pela autora.

Deste modo, na década de 80, enquanto a produção Agrícola declinava o efetivo rebanho bovino passou de 2,84 milhões em 1980, para 3,67 milhões em 1988, correspondendo um crescimento de 30% em 8 anos (28). Vale dizer que a substituição da atividade agrícola pela pecuária, além de poupadora de mão-de-obra não garantiu o mesmo incremento de renda e produtividade da agricultura o que contribuiu para agravar o êxodo rural para as cidades de maior porte (29).

(27) Ibidem, p. 8.

(28) Dados do IBGE-Censos Agropecuários de 1980-85.

(29) VIANA, César Rodrigues. Op. Cit. P. 8.

2.2.2. - Setor Secundário

No contexto setorial, o setor industrial merece especial atenção por seu desempenho durante o período em questão.

Conforme se mostrou na TABELA 4, este setor apresentou uma participação crescente no PIB setorial, tanto no período 1980/89 (14,3% para 20,6%), quanto nos sub-períodos de 1980/83 (14,3% para 17,8%) e 1984/87 (13,6% para 20,8%). O primeiro sub-período foi influenciado pelos grandes projetos, através da construção civil, na fase de implantação. No segundo sub-período foi marcante a indústria de transformação quando os grandes projetos entraram em operação.

Para uma maior compreensão do desempenho das atividades secundárias na década de 80, é feito um breve traçado histórico desse setor com base nos dados da TABELA 11.

O Estado do Maranhão até 1970 contava com 316 unidades industriais, das quais 222 concentravam-se em São Luís, onde eram empregadas 86% da força de trabalho do setor industrial (7.823)

< 30 >

(30) FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. A Industrialização do Maranhão no Rastro do Desenvolvimento. São Luís. Maria Fumaça, Caderno de Debates, 1990. Nº 2, P. 18.

TABELA 11
Indústrias Implantadas no Maranhão Segundo os Principais
Ramos de Atividade em Números Absolutos e Relativos

Ramos de Atividades	Até 1976				De 1971 a 1986				De 1981 a 1996			
	No. de Indústrias		Pessoal Ocupado		No. de Indústrias		Pessoal Ocupado		No. de Indústrias		Pessoal Ocupado	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
Construção Civil	18	5,7	1.697	18,7	86	11,5	4.713	26,0	164	15,8	7.364	27,9
CAEMA	1	0,3	1.285	14,0	-	-	-	-	-	-	-	-
óleos, gord. anim. e veg.	17	5,4	870	9,6	6	0,8	222	1,2	-	-	-	-
Produtos Alimentares	51	16,0	821	9,0	141	18,4	2.473	3,6	183	17,6	1.222	4,6
Indústria Gráfica	11	3,5	513	5,6	31	4,0	353	1,9	-	-	-	-
Produtos Químicos	2	0,6	451	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de Madeira	22	7,0	437	4,8	168	21,9	4.002	22,1	254	24,5	4.804	18,2
Indústria Têxtil	6	1,9	300	3,3	6	0,8	172	0,9	-	-	-	-
Sabão, det. glic. e velas	7	2,2	241	2,6	6	0,8	87	0,5	-	-	-	-
Bebidas não Alcoólicas	1	0,3	152	1,7	2	0,3	34	0,2	-	-	-	-
Minerais não Metálicos	4	1,3	150	1,7	32	4,2	1.450	8,0	57	5,5	1.815	6,9
Indústria Metalúrgica	-	-	-	-	25	3,3	424	2,3	63	6,1	4.480	16,9
Indústria de Cerveja	-	-	-	-	1	0,1	288	1,6	-	-	-	-
Extração de Min. Metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,3	2.434	9,2
Indústrias de Bebidas álcool etílico e açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,5	842	3,2
Ind. de Papel e Papelão	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	813	3,1
Outras	176	55,7	2.280	25,1	262	34,0	3.921	21,6	307	29,6	2.664	10,0
Total	316	100,0	9.097	100,0	768	100,0	18.139	100,0	1.037	100,0	26.438	100,0

FONTE: Cadastro Industrial do Maranhão - CEAG/MA-1981.

Nota: CAEMA - Companhia de Água e Esgoto do Maranhão.

Neste período, as indústrias que mais se destacavam eram a construção civil (empregava 18,7% dos trabalhadores desse setor), a CAEMA (Companhia de Água e Esgoto do Maranhão), que empregava 14% dos trabalhadores, a indústria de óleos, gorduras e cêras vegetais e animais, que tinha 9,6% do total dos trabalhadores empregados e a indústria de produtos alimentares que correspondia ao maior número de indústria instalada (16%), empregando 9% dos trabalhadores desse setor.

Na década de 70, o número de indústrias e o número de empregados aumentou consideravelmente no Maranhão. Foram incorporadas 768 unidades industriais e 18.139 empregos (TABELA 11).

Cabe destacar que São Luís e Imperatriz incorporavam, no conjunto, 72% das indústrias instaladas e aproximadamente 82% dos empregos gerados no setor industrial maranhense no decorrer da década de 70 ⁽³¹⁾.

De 1971 a 1980, houve significativa expansão da indústria da construção civil em função da urbanização, que promoveu um expressivo crescimento nos ramos industriais dos minerais não metálicos, madeira e metalúrgica. Houve também uma dinamização no ramo de produtos alimentares, devido ao crescimento da demanda por esses produtos decorrente, também, do processo de urbanização ocorrido no período.

É oportuno dizer que as indústrias de construção civil, madeira, produtos alimentares e de minerais não metálicos respondiam por 56% das indústrias instaladas e empregavam 70% dos trabalhadores do setor industrial.

Quanto a indústria de óleos, gorduras e cêras vegetais e animais, esta começa a perder a importância na década de 70, uma vez que, das 17 indústrias existentes em 1970, que empregavam 870

(31) Idem, p. 28.

trabalhadores, restaram apenas 6, gerando 222 empregos no final deste período.

Por outro lado, no decorrer do período surgiram importantes ramos industriais como é o caso das indústrias metalúrgica e cerveja. Estes dois ramos de atividades, com suas 26 unidades de produção, passaram a participar com aproximadamente 4% do total de emprego gerado no período.

Analisando o período de 1981 a 1990, verifica-se que foram incorporadas no Maranhão 1.037 indústrias e 26.438 empregos (TABELA 11). Por outro lado, do total de indústrias instaladas 82% concentram-se em São Luís, Imperatriz e Açailândia, as quais responderam por 85% dos empregos gerados no setor industrial⁽³²⁾.

Entre os principais ramos de atividades, instalados entre 1981 e 1990, deve-se destacar que novos ramos de atividades surgiram, como é o caso da extração de minerais não-metálicos, de papel e papelão e de bebidas alcoólicas, álcool etílico e açúcar (TABELA 11). Nesse período das 1.037 unidades industriais implantadas, algumas foram projetos vinculados ao Programa Grande Carajás, a ser analisado no próximo item.

Ainda pelos dados da TABELA 11, observa-se que os setores de construção civil, minerais não metálicos, madeira e produ-

(32) FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes & RIBEIRO, Évila Brito. Op. Cit. P. 22-23.

tos alimentares expandiram-se mais ainda na década de 80, apesar da economia nacional ter entrado em crise. Esses setores responderam em conjunto por 63,4% das indústrias implantadas e geraram 57,6% dos empregos incorporados pelo setor industrial no período em análise.

A indústria da madeira, que se tornara bastante promissora para a economia maranhense em meados dos anos 70, impulsionada principalmente pela construção civil, respondeu no período de 1981/90 por um percentual de 24,5% das unidades produtivas instaladas, empregando 18,2 % dos trabalhadores do setor secundário.

Contudo, a expansão desse ramo industrial aliada ao avanço dos projetos agropecuários e ainda à implantação do Programa Grande Carajás que intensificou a exploração dos recursos madeireiros, tem provocado grandes impactos ao meio ambiente, devido a forma indiscriminada de extração da madeira sem uma ação efetiva de preservação de espécies e de reflorestamento.

Verifica-se, ainda, que a indústria da construção civil saltou de 88 indústrias instaladas no Estado até 1980, para 164 em 1990. Quanto ao número de empregos ofertados esse setor salta de 4.713 em 1980, para mais de 7.000 em 1990.

Convém ressaltar, que a construção civil na década de 80 foi impulsionada por capitais nacionais de outras regiões do País, que se instalaram no Maranhão para implementar empreendimen-

tos de construções e montagem de infra-estrutura dos grandes projetos e processos de produção na área minero-metalúrgica (Camargo Correia, Construtora Brasil, etc). Portanto, são grandes construtoras nacionais que dispõem de tecnologia e meios materiais para participarem de grandes licitações. Assim, a participação das indústrias de construção do Estado processava-se marginalmente, quase sempre subempreitando atividades menos lucrativas ⁽³³⁾.

Quanto a indústria de produtos alimentares, esta apresentou, na década de 80, um menor número de empregos ofertados em relação a década de 70, embora tenha contribuído com a implantação de 17,6% das unidades industriais no período de 1981/90.

Finalmente, é importante destacar que na década de 80, o setor secundário maranhense apresentou mudanças significativas em sua estrutura industrial. Contudo, as indústrias tradicionais continuaram prevalecendo, representando mais de 70% do total de unidades industriais do Maranhão ⁽³⁴⁾.

2.2.2.1. O Programa Grande Carajás

O Programa Grande Carajás surgiu no início dos anos 80, no âmbito da política nacional de implantação de grandes proje-

(33) Ibidem, p. 22-23.

(34) Almanaque Perfil do Maranhão 90, P. 213.

tos industriais (Governo Militar) para exportação⁽³⁵⁾, com o objetivo de analisar e acompanhar os projetos nas áreas de Carajás, bem como conceder incentivos fiscais.

Estes projetos "resultaram da necessidade de aproveitamento das jazidas minerais descobertas na Amazônia Oriental, a serem aproveitadas com o objetivo de gerar divisas para corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos"⁽³⁶⁾.

Dentre esses projetos, inserem-se o Complexo Alumar, o Projeto Ferro-Carajás, que está sobre a administração da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRV), a siderúrgica Viena Valadares, Margusa e Metalman.

A Alumar - Alumínio do Maranhão S.A., é um complexo produtivo de alumina e alumínio instalado no Distrito Industrial de São Luís em 1984, resultante de um consórcio constituído pelas multinacionais ALCOA, norte-americana, e BILLITON Metais, vinculada a SHELL e de origem holandesa.

Vale dizer, que a ALCOA ao instalar sua subsidiária em São Luís, contou com todas as vantagens locacionais possíveis para um empreendimento de tão grande porte. Essas vantagens, que foram decisivas para a localização do referido projeto, são as

(35) FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes e RIBEIRO, Évila Brito. Op. Cit. P. 7.

(36) Idem, p. 7.

seguintes: proximidade das reservas de bauxita (Estado do Pará), disponibilidade de área ⁽³⁷⁾, de energia elétrica subsidiada (fornecida pela Eletronorte), da Estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira e o Porto de Itaqui (o mais próximo no Brasil do mercado consumidor internacional), proximidade dos centros urbanos e ainda, dentre outros fatores, favores fiscais ⁽³⁸⁾.

Caberia destacar que as vantagens com as quais contou a Alcoa para implantar sua fábrica em São Luís, a colocou em condição de hegemonia não só no que se refere à indústria do alumínio primário no Brasil mas, inclusive, no ranking internacional, assim despontando como líder absoluta no contexto das seis irmãs do alumínio: Alcoa (americana), Alcan (canadense), Pechney (francesa), Kaiser (americana), Alusuisse (suíça) e Reynolds (americana) ⁽³⁹⁾.

Deste modo, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais-IPES, a ALUMAR atingiu em 1990, mais de 650 mil toneladas de alumina e 245 mil toneladas de alumínio, cuja produção, cerca de 80%, destinou-se ao mercado externo. Essa produção cons-

(37) Segundo Moacir Feitosa, a Alumar apropriou-se de mais de 10.000 ha de terra e de um porto particular no Rio dos Cachorros. FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. Op. Cit. P. 22.

(38) A Alumar "foi classificada pelo Governo Federal - sem consultar a população do Maranhão, claro - de relevante interesse regional. Por isso, foi contemplada com a isenção do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - por um período de 10 anos". Jornal Folha da Gaia. Ano 1, nº 3, São Luís, Julho/1991. P. 12.

(39) FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes & RIBEIRO, Évila Brito. Op. Cit. P. 8.

produção de manganês metálico e dióxido de manganês, como é o caso da Metalman em Rosário.

Além desses projetos mencionados, foram aprovados projetos para a pecuária, produtos alimentícios, exploração do babaçu e reflorestamento para produção de carvão vegetal.

Estes projetos, no seu conjunto, geraram na década de 80, aproximadamente 25% dos 26,4 mil novos empregos diretos incorporados ao setor secundário maranhense, sendo que a Alumar e o Projeto Ferro-Carajás foram responsáveis por 83% desses empregos ⁽⁴¹⁾.

Entretanto, estes projetos, principalmente o consórcio Alumar e o Projeto Ferro-Carajás, ao utilizarem tecnologia intensivas em capital são incompatíveis com as necessidades de emprego no Estado. Além disso, ao "(...) atraírem fortemente o homem do campo em busca de meios de sobrevivência e ao desapropriarem famílias de posseiros, contribuíram para agravar mais os problemas urbanos" ⁽⁴²⁾.

Outro aspecto a ser considerado em relação à tecnologia adotada pelos projetos é que aqueles cargos que exigem uma maior especialização e oferecem melhores salários, dificilmente serão

(41) FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes & RIBEIRO, Évila Brito. Op. Cit. P. 8.

(42) SUDAM/UFMA. Necessidades de Treinamento de Mão-de-Obra do Programa Grande Carajás. São Luís: ADUFMA. 1990, p. 32.

ocupados por trabalhadores maranhenses, devido às limitações da educação do Estado.

Além disso, os efeitos germinativos desses projetos são muito reduzidos, uma vez que, se concentra na produção de bens intermediários, cujo mercado se processa principalmente no Sul do País e no exterior. Desse modo, provavelmente não serão implantadas no Estado indústrias que utilizem produtos oriundos desses projetos, principalmente da Alumar, das guseiras e da fábrica de manganês, já que as pequenas e médias empresas que atuam no Estado não têm acesso ao processo tecnológico e há ainda dificuldades em adquirirem a matéria-prima junto às indústrias.

Aliado a isto, ver-se que a implantação dos diversos projetos industriais, notadamente os minero-metalúrgicos e madeireiros, provocou fortes danos ao meio ambiente com a devastação das florestas, poluição dos recursos hídricos e do ar. Deste modo, os efeitos mais importantes desses projetos se restringem aos gastos das empresas nas compras de materiais e contratação de serviços e gastos de consumo decorrentes do aumento da massa de salários (43).

Cabe destacar, que os impactos positivos no mercado de trabalho advindos desses projetos (...) tem-se refletido mais no

(43) O aumento da massa de salários, a urbanização acelerada, acarretaram a elevação desmensurada do custo de vida nos últimos anos, principalmente na capital do Estado.

setor serviço do que no próprio setor secundário⁽⁴⁴⁾. Nesse sentido, expandiram-se nos últimos anos os serviços pessoais, as lojas de departamentos, os 'shoppings', os restaurantes, os transportes de cargas e passageiros, as imobiliárias e agências bancárias, além de uma série de outros gêneros de atividades comerciais e de serviços.

Enfim, tem-se que os diversos projetos industriais implantados no Estado, embora crie novos empregos, causam sérias conseqüências às condições de vida da população e ao meio ambiente.

2.2.3. Setor Terciário

No que diz respeito às atividades terciárias, este foi o segmento que apresentou o melhor comportamento na década passada. Em 1980, já contribuía com 49,5% para formação do PIB estadual, chegando no final da década a atingir cerca de 66%, índice esse que superou do Nordeste (57,2%) e o do Brasil (58,6%) (TABELA 6).

Cabe destacar, que o crescimento do setor serviço maranhense na década de 80, teve influência do processo de urbanização ocorrido no Estado, e ao mesmo tempo, da presença da expansão das Atividades Financeiras, Bens Imóveis e Serviços de Empre-

(44) FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. Op. Cit. P. 21.

sa, assim, como do Comércio de Mercadorias e dos Serviços Pessoais, Comunitários e Sociais' (45).

Entretanto, a expansão desse setor deu-se notadamente aos investimentos realizados pelos projetos do consórcio Alumar e do Projeto Ferro-Carajás da CVRD, que devido às suas demandas de bens e serviços induziram o crescimento do setor.

Por outro lado, o comportamento do comércio externo maranhense, antes reduzido às vendas de produtos de elaboração primária, geralmente matérias-primas e alimentos, desde 1984, incorporou novos produtos em sua pauta de elaboração, que incluem além de algumas matérias-primas minerais (minério de ferro, bauxita e manganês), produtos industriais com alta cotação internacional, tais como: ferro gusa, alumina e alumínio (46).

O comércio externo ainda ampliou o relacionamento com os mercados nacional e internacional, levando-o a apresentar um grande crescimento no comércio externo do Nordeste. Nesse particular, convém verificar a TABELA 12, que mostra a participação do Maranhão no valor das exportações do Nordeste, que passou de 0,5% em 1980, para 16% em 1989, percentual que o situava abaixo apenas da Bahia, mas ultrapassando aos Estados de Pernambuco, Ceará e Alagoas.

(45) Plano de Governo, 1988-90. Op. Cit. P. 25.

(46) MARANHÃO, Governo do Estado do. Mensagem do Governo Cafeteira à Assembléia Legislativa. São Luís, SEPLAN, 1990. P. 27.

TABELA 12
Nordeste - Participação dos Estados no Valor das Exportações
1980/89 - (%)

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Maranhão	0,5	0,3	0,2	0,7	1,0	3,3	8,0	9,8	15,5	16,0
Piauí	-	-	-	0,7	0,7	0,7	0,8	1,2	1,4	1,2
Ceará	8,7	7,9	10,0	7,0	7,5	8,5	9,7	10,0	9,0	7,6
R.G. Norte	0,4	0,4	0,6	1,8	1,6	1,7	1,4	2,1	2,1	2,5
Paraíba	1,8	1,7	1,1	2,1	2,3	1,9	2,4	1,7	1,8	2,3
Pernambuco	21,3	19,9	13,5	11,9	12,8	10,4	12,4	11,0	12,0	11,2
Alagoas	18,7	15,9	10,0	10,1	8,8	7,5	8,3	7,5	6,7	5,3
Sergipe	-	5,6	9,7	1,0	1,3	1,2	1,0	1,1	1,2	1,0
Bahia	46,6	48,3	54,8	64,7	64,0	64,8	56,6	55,6	50,3	52,9

Fonte: COSTA FILHO, Samuel. op.cit. p.166

Dentro desse contexto, pode-se ainda mencionar, que a participação do Maranhão tornou-se tão significativa no período em questão que, em 1989, liderou as exportações de semimanufaturados com 46,3% de participação, ficando à frente até da Bahia que atingiu 42,1%. As exportações do Maranhão ficaram, ainda, em terceiro lugar no valor das exportações de manufaturados (5,8%), perdendo apenas para Bahia (60,6%), Pernambuco (18,1%), mas superando o Estado do Ceará (47).

As exportações internacionais, como mencionadas anteriormente, crescerem de modo expressivo (TABELA 13). Por outro lado, convém observar a presença de minério de ferro, manganês, ferro gusa, alumina e alumínio, os quais juntos responderam, em 1985, por 98,7% e em 1990 chegaram praticamente a 100% do total exportado do Maranhão. Houve, portanto, uma transformação considerável na pauta de exportações do Estado.

(47) COSTA FILHO, Samuel. Op. Cit. P 165 e 166.

TABELA 13
 Volume Físico das Exportações para o Exterior
 1985/1990
 Principais Produtos (em 1000t)

Produtos	1985	1987	1990
Minério de Ferro	583.132	48.612.253	31.410.138
Manganês	36.269	53.700	169.385
Ferro Gusa	-	-	139.082
Alumínio	50.844	168.500	234.274
Alumina	88.812	36.600	163.239
Outros	10.500	4.100	101
Total	769.107	48.875.153	32.116.219

Fonte: IPES/CODOMAR

Os dados da TABELA 14 apresentam informações a respeito do volume físico das exportações interestaduais, que revelam um crescimento muito grande no período de 1985/90, consequência da produção industrial dos projetos implantados.

TABELA 14
 Volume Físico das Exportações Interestaduais
 1985/1990
 Principais Produtos (em 1000t)

Produtos	1985	1987	1990
Minério de Ferro	-	138.900	323.376
Alumina	175.520	109.500	224.420
Manganês	58.713	227.700	168.600
Bauxita	-	-	3.428
óleo de Babacu	500	-	-
Alumínio	2.004	-	-
Sal	19.450	11.300	-

Fonte: IPES/CODOMAR

Deve-se mencionar que ao lado dessas alterações, aconteceu também a expansão das importações interestaduais e interna-

cionais, particularmente de carvão mineral, coque, trigo, soda cáustica, bauxita, derivados de petróleo, além, evidentemente, de produtos industrializados de toda ordem" (40).

Dessa forma, este setor apresentou uma boa performance nos anos 80, decorrente, notadamente, dos projetos industriais implantados no Estado.

Finalizando, tem-se que a situação da economia maranhense, aqui exposta em seu aspecto global e setorial apresentou, nos anos 80, um crescimento significativo cujos números se traduzem também na evolução da renda e do produto per capita.

(40) Plano de Governo do Estado do Maranhão 1988-90. Op. Cit. P. 26.

CAPÍTULO 3

3. RESULTADO DO DINAMISMO ECONÔMICO DO MARANHÃO NO CONTEXTO SOCIAL DURANTE OS ANOS 80.

Para finalizar o quadro econômico do Estado no período em questão, é interessante verificar de que forma o desempenho econômico beneficiou a população maranhense, que entre 1980 e 1989 passou de 4.073.100 habitantes para 5.076.300, representando um acréscimo de 1.003.200 habitantes, sendo superada apenas pela Bahia (com 1.876.000 novos habitantes) ⁽⁴⁹⁾.

3.1. Aspecto Demográfico

O Estado do Maranhão, assim como os demais Estados brasileiros, na sua evolução demográfica, caracterizou-se nas últimas décadas pelas altas taxas de crescimento populacional nas áreas urbanas em detrimento das áreas rurais. Em 1960, o Estado contava com 17,7% da sua população residindo em áreas urbanas, atingindo 25,1% em 1970 ⁽⁵⁰⁾. Já na década de 80, observa-se na TABELA 15 o percentual de 27,6% em 1980. A população urbana do Maranhão se elevou para 37,3% em 1989, apresentando para esse período um crescimento de 4,34% a.a. contra 3,62% a.a. do Nordeste e 3,25% a.a. do Brasil. Contudo, o Maranhão foi em 1989, o Estado

(49) Almanaque Perfil do Maranhão 90. P. 204.

(50) Dados Indicadores Sociais. 1981-87. Op. Cit. P. 13-16

do Nordeste onde ainda predominou a população rural. Esta é uma característica do Estado que se diferencia da maioria dos Estados do Nordeste, devido as melhores condições de sobrevivência no campo decorrente do extrativismo (pesca, babaçu e pecuária) que fixa o homem à terra.

TABELA 15
Participação e Taxa de Crescimento Médio Anual da
População Rural e Urbana
1980/1989

Discriminação	Participação (%)				Variação (%)		
	1980		1989		Rural	Urbana	Total
	Rural	Urbana	Rural	Urbana			
Brasil	30,0	70,0	25,0	75,0	-0,44	3,25	2,16
Nordeste	50,1	49,9	41,8	56,2	0,51	3,62	2,17
Maranhão	72,4	27,6	62,7	37,3	1,95	4,34	2,75

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Cabe mencionar, que a causa principal do processo de desruralização-urbanização do Maranhão pode ser atribuída à penetração e expansão do capital no campo e na implantação dos grandes projetos industriais, uma vez que, tais ocorrências, por um lado desarticulam o sistema de produção de base familiar no meio rural, liberando considerado volume de mão-de-obra agrícola e, por outro lado, criam expectativas de ampliação do mercado de trabalho urbano a partir da implantação dos grandes projetos industriais (51).

(51) SUDAM/UFMA. Necessidades de Treinamento de Mão-de-obra em Áreas de Influência do Programa Grande Carajás. Op. Cit. P. 49-50.

Deste modo, verifica-se que os dois centros urbanos mais expressivos do Estado, São Luís e Imperatriz, passaram por profundas mudanças em suas estruturas urbanas em face do aumento da população. São Luís, que em 1980, contava com 449.000 habitantes, chegou em 1990, com cerca de 804.000 habitantes. Quanto a Imperatriz, o contingente populacional passou de 220.000 em 1980 para 268.800 em 1990. Estes resultados apresentaram taxas de crescimento anuais no período de 1980/90 de 5,82% para São Luís e de 6,14% para Imperatriz ⁽⁵²⁾.

Com relação à PEA (População Economicamente Ativa), na TABELA 16, constata-se que o Maranhão, no período em análise, foi o Estado do Nordeste que apresentou a mais alta taxa de crescimento da PEA urbana (7,82% a.a.), enquanto no Nordeste e Brasil aumentaram em 6% a.a. e 4,88% a.a., respectivamente.

TABELA 16
Participação e Taxa de Crescimento Médio Anual da
População Economicamente Ativa Rural e Urbana
1980/1989

Discriminação	Participação (%)				Variação (%)		
	1980		1989		Rural	Urbana	Total
	Rural	Urbana	Rural	Urbana			
Brasil	32,4	67,6	25,7	74,3	2,40	4,88	4,18
Nordeste	49,5	50,5	43,6	56,4	2,96	6,00	4,56
Maranhão	68,6	31,4	65,0	35,0	3,75	7,82	5,00

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

O crescente processo de urbanização ocorrido no Estado

(52) Indicadores Sociais 1981-87. Op. Cit. P. 15.

provocou a procura de serviços públicos e privados, que normalmente as cidades não dispõem satisfatoriamente, uma vez que tem sido baixa a prioridade dos gastos governamentais em investimentos sociais ligados ao atendimento das necessidades da população em geral. Desse modo, os problemas sociais se agravaram. Ocorreu a expansão do processo de favelização, desemprego e subemprego, ausência de saneamento básico, enfim, a crescente pauperização da população urbana. Cabe mencionar que todo esse processo ocorreu nos principais centros urbanos da Região Nordeste e das demais Regiões do País, sendo que no Nordeste foi mais agravante.

3.2. Distribuição da Renda e Emprego

Observando a evolução da estrutura da renda do Maranhão no período em análise, constata-se que o Estado apresentou um perfil de distribuição altamente concentrador, apesar do crescimento ocorrido no produto interno.

A TABELA 17, que versa sobre a distribuição percentual das pessoas ocupadas no Brasil, Nordeste e Maranhão, segundo rendimento mensal, mostram uma pequena mudança ocorrida na distribuição da renda durante a década de 80. Isto porque, apesar da maioria absoluta das pessoas ocupadas no País, na Região e no Estado se situarem na faixa de até 2 salários mínimos, constata-se uma redução percentual das pessoas que participam dessa faixa e um pequeno crescimento do grupo que se situa acima dos 10 salá-

rios mínimos.

Em 1980, o percentual de pessoas ocupadas percebendo até 2 salários mínimos (inclusive sem rendimento), era de 90,7% no Estado do Maranhão. Já no ano de 1989, após o quadro de crise na economia do País e de crescimento no contexto estadual, esse percentual foi de 80,6%; apesar de ter havido uma queda, este nível continuou mais alto que o verificado para a Região (77,8%) e para o País (57%). O intervalo de mais elevada remuneração (acima de 10 salários mínimos) revela que 0,8% dos maranhenses se situava nessa faixa em 1980 e no final da década esse percentual chegou a apenas 1,8%, enquanto que a nível de Brasil e Nordeste atingiu 8,3% e 3,4% respectivamente.

TABELA 17
Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas Segundo
Rendimento Mensal (Z) - Anos Selecionados

Anos	Brasil				Nordeste				Maranhão			
	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem > 10 SM	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem > 10 SM	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem > 10 SM
1980	66,4	21,6	6,2	3,8	85,4	10,3	2,6	1,7	90,7	7,1	1,4	0,8
1983	66,7	21,3	7,6	4,4	83,7	11,1	3,4	1,8	87,9	9,3	2,1	0,7
1986	58,4	26,2	9,2	6,2	78,1	15,1	4,2	2,6	83,5	12,3	2,8	1,4
1989	57,0	25,4	9,3	8,3	77,8	14,5	4,2	3,4	80,6	14,1	3,5	1,8

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Nota: SM - Salário Mínimo

Ainda na TABELA 17, verifica-se que no ano de 1983, ano de crise econômica, ocorreu uma queda no percentual de pessoas que ganhavam até 2 salários mínimos. Já em 1986, ano de crescimento econômico, esse percentual fora de 83,5%, acompanhando o

quadro de melhoria da distribuição de renda em decorrência do Plano Cruzado. Nesse mesmo ano, nas demais faixas se verificou um aumento considerável da participação das pessoas ocupadas, quando se compara os resultados obtidos em relação a 1980.

Analisando os dados relativos aos residentes na zona rural, o que se observa é a predominância plena do estado de pobreza. Em 1989, 85,2% das pessoas economicamente ativas se situavam na faixa de até 2 salários mínimos. Quanto à zona urbana as informações relativas indicam que nessa faixa de renda se encontravam 72,3% em 1989. No intervalo de renda mais alto se encontrava 1,3% da PEA rural e 2,6% da PEA urbana em 1989 (TABELAS 18 e 19). Pode-se observar que os dados sobre a distribuição de renda da PEA rural, evidencia um quadro relativamente melhor para o Maranhão em relação ao Nordeste. O inverso pode ser observado na área urbana. Isto reforça as características rurais da economia maranhense.

TABELA 18
Distribuição Percentual do Rendimento Mensal
da PEA Rural (%) - (1980-1986-1989)

Anos	1980				1986				1989			
	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem) 10 SM	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem) 10 SM	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem) 10 SM
Brasil	93,9	4,8	0,9	0,4	79,8	14,9	3,8	1,5	79,4	14,8	3,7	2,0
Nordeste	97,5	2,8	0,2	0,1	88,5	9,2	1,6	0,7	87,2	9,8	2,0	0,9
Maranhão	96,9	2,5	0,4	0,2	87,1	9,8	2,1	1,0	85,2	10,7	2,7	1,3

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

TABELA 19
Distribuição Percentual do Rendimento Mensal
da PEA Urbana (Z) - (1984-1986-1989)

Anos	1984				1986				1989			
	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem > 10 SM	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem > 10 SM	s/ Rem a 2 SM	2 SM a 5 SM	5 SM a 10 SM	Rem > 10 SM
Brasil	77,4	14,7	4,7	3,2	49,6	30,0	11,9	8,5	49,3	28,7	11,4	10,7
Nordeste	88,0	8,0	2,4	1,6	67,8	20,7	6,9	4,6	70,0	18,4	6,2	5,4
Maranhão	91,8	5,9	1,4	0,9	73,8	18,2	5,4	2,6	72,3	20,0	5,1	2,6

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Com relação a distribuição das pessoas ocupadas por setores econômicos, os dados da TABELA 20 mostram que em 1989 existia ainda mais da metade da população maranhense ocupada trabalhando no setor primário (53,8%), vindo muito a frente do secundário (12%) e do terciário (34,2%), revelando assim, um quadro muito grave em virtude do setor secundário apresentar o menor percentual das pessoas ocupadas, evidenciando as limitações da absorção da força de trabalho no setor mais dinâmico da economia, apesar das indústrias implantadas no Estado.

TABELA 20
Estrutura Setorial da Força de Trabalho Ocupada (Z)
Anos Selecionados

Anos	Brasil			Nordeste			Maranhão		
	Prim	Sec	Ter	Prim	Sec	Ter	Prim	Sec	Ter
1983	27,0	25,4	47,6	36,3	27,5	36,2	61,3	13,5	25,2
1986	25,8	24,2	50,0	43,6	16,4	40,0	60,0	11,2	28,8
1989	23,2	23,7	53,1	39,5	16,1	44,4	58,8	12,0	34,2

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Em termos de emprego, observa-se no período em análise que embora a taxa de desemprego no Maranhão, conforme analisada no segundo capítulo, tenha sido menor que a apresentada pela economia brasileira e pela Região Nordeste, o mesmo não pode ser dito da taxa de subemprego invisível. O quadro do Estado apresentou números muito mais elevados que os encontrados no País e na Região Nordeste. Vale dizer que o Maranhão, com uma taxa de subemprego de 62,9% em 1989, foi o terceiro Estado do Nordeste com a mais elevada taxa, ficando a frente apenas do Piauí e Ceará (TABELA 21).

TABELA 21
Taxa de Subemprego Invisível (%)
Anos Seleccionados

Anos	Brasil	Nordeste	Maranhão
1980	39,3	67,6	72,3
1986	34,9	54,0	61,7
1988	35,1	56,8	62,9

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Nota: Subemprego Invisível = pessoas sem remuneração ou que ganham até um salário mínimo sobre a PEA.

3.3. As Condições Habitacionais e Sanitárias

O quadro das condições habitacionais e sanitárias da população maranhense revela ser bastante precária, mesmo apresentando relativa melhoria durante a década de 80, está ainda aquém dos padrões médios do Nordeste e do País.

Convém acrescentar que os problemas habitacionais no Maranhão demonstram ser mais agravantes quando se observa a situação na zona rural, devido à maior escassez de serviços de saneamento.

No que diz respeito à participação dos domicílios, que passaram a contar com abastecimento d'água pela rede geral, o Maranhão foi o Estado do Nordeste que mais cresceu no período de 1980/89, apresentando uma variação de 155,7%. Apesar de superior ao Nordeste (115,8%) e Brasil (80,3%), apenas 34,5% dos domicílios estavam ligados à rede geral em 1989, nível registrado bem abaixo do Nordeste e Brasil (TABELA 22).

TABELA 22
Participação dos Domicílios em Termos de Abastecimento
D'água e a Taxa de Variação no Período 1980/89

Discriminação	1980		1989		Variação (%)	
	Rede Geral	Poço ou Nascente	Rede Geral	Poço ou Nascente	Rede Geral	Poço ou Nascente
Brasil	54,9	99,8	72,9	19,2	80,3	-12,3
Nordeste	31,6	26,8	51,3	22,1	115,8	9,4
Maranhão	17,9	38,3	34,5	30,6	155,7	5,4

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

TABELA 23
Participação dos Domicílios em Termos de Abastecimento
D'água e a Taxa de Variação no Período 1980/89 (Rural)

Discriminação	1980		1989		Variação (%)	
	Rede Geral	Poço ou Nascente	Rede Geral	Poço ou Nascente	Rede Geral	Poço ou Nascente
Brasil	4,3	64,0	15,5	60,7	288,2	2,1
Nordeste	3,3	39,2	10,8	42,1	266,0	2,1
Maranhão	4,5	44,8	14,7	40,3	283,4	5,9

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

TABELA 24
Participação dos Domicílios em Termos de Abastecimento
D'água e a Taxa de Variação no Período 1980/89 (Urbana)

Discriminação	1980		1989		Variação (%)	
	Rede Geral	Poço ou Nascente	Rede Geral	Poço ou Nascente	Rede Geral	Poço ou Nascente
Brasil	76,1	15,5	90,1	6,5	75,4	-37,4
Nordeste	57,9	15,2	79,3	8,2	107,8	-18,1
Maranhão	48,9	23,4	67,2	14,6	128,3	3,4

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Quanto à situação dos domicílios que dispõem de energia elétrica, o Maranhão foi também o Estado que apresentou o maior incremento registrado no período (204,8%), porém os níveis obtidos não superam a média regional e nacional, conforme dos dados da TABELA 25.

TABELA 25
Situação dos Domicílios em Termos de Energia Elétrica
1980/89

Discriminação	Participação dos domicílios com energia elétrica		Variação (%)
	1980	1989	
Brasil	68,5	86,9	72,9
Nordeste	43,6	68,7	109,3
Maranhão	23,3	53,7	204,8

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

TABELA 26
 Situação dos Domicílios em Termos de Energia Elétrica
 - (Rural) -

Discriminação	Participação dos domicílios com energia elétrica		Variação (%)
	1980	1989	
Brasil	21,4	53,2	167,1
Nordeste	9,1	32,3	305,8
Maranhão	7,8	32,3	389,0

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

TABELA 27
 Situação dos Domicílios em Termos de Energia Elétrica
 - (Urbana) -

Discriminação	Participação dos domicílios com energia elétrica		Variação (%)
	1980	1989	
Brasil	88,2	97,2	63,3
Nordeste	75,6	93,4	87,2
Maranhão	59,4	89,1	148,8

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

No que se refere ao destino dado ao lixo domiciliar, percebe-se que a realidade habitacional e sanitária do Estado é bem precária. Em 1989, enquanto no Brasil 22,7% do lixo foi depositado em terreno baldio, no Nordeste foi 51,7% e no Maranhão foi 58,8%. Somente 13,1% do lixo foi coletado no Estado, contra 62,9% no País e 38,8% na Região (TABELA 28).

TABELA 28
Destino dado ao Lixo 1981/1989

Discriminação	1981			1989		
	Coletado	Queimado ou Enterrado	Terreno Baldio	Coletado	Queimado ou Enterrado	Terreno Baldio
Brasil	49,2	15,4	35,3	62,9	14,3	22,7
Nordeste	26,6	7,5	66,0	38,8	9,5	51,7
Maranhão	-	-	-	13,1	27,9	58,8

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Considerando a situação das condições habitacionais e sanitárias da zona rural, verifica-se que apenas 14,7% dos domicílios maranhenses dispõem de abastecimento d'água ligados à rede geral em 1989; mesmo assim, esse percentual superou o da Região Nordeste (10,8%) (TABELA 23), reforçando mais uma vez a peculiaridade rural maranhense.

Com relação aos domicílios que dispõem de energia elétrica (TABELA 26), observa-se um sensível avanço na década de 80, contudo o Maranhão deteve um dos menores percentuais, superando apenas o Piauí, Ceará e Paraíba.

3.4. O Sistema Educacional

Os indicadores educacionais do Maranhão apresentam um quadro muito crítico, e com números que revelam uma deficiência bem mais elevada que a média regional e nacional. É conveniente acrescentar que o Maranhão é um dos Estados do Nordeste que apresentou maior participação relativa de analfabetos no total da po-

pulação. Em 1989, o Estado contava com 5.102.754 habitantes, sendo que destes com idade acima de cinco anos, 57,4% eram analfabetos, enquanto que no Nordeste a porcentagem de analfabetos, já bastante elevada, era de 50,5% e no Brasil 32,5% (TABELA 29).

TABELA 29
Taxa de Alfabetização da População por Faixa de Idade
1980/89 (%)

Discriminação	1980				1989			
	5 a 9	10 a 14	15 a mais	Total	5 a 9	10 a 14	15 a mais	Total
Brasil	29,3	74,1	74,6	58,6	40,5	85,2	81,2	67,5
Nordeste	13,8	50,1	54,6	39,5	21,4	66,5	63,6	49,5
Maranhão	12,0	47,6	50,3	35,5	13,3	59,7	59,8	42,6

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Nota: Taxa de Alfabetização - população alfabetizada em cada grupo de idade em relação à população residente em cada grupo de idade vezes cem.

Entretanto, o percentual da população maranhense alfabetizada cresceu para todas as faixas etárias da referida tabela. Processo semelhante aconteceu no Brasil e Nordeste, embora, no total, a taxa de alfabetização do Maranhão apresente números inferiores aos da Região e do País.

Na análise por faixa de idade, a maior concentração de analfabetos situa-se na faixa de 5 a 9 anos de idade, correspondendo em 1989 a 86,7% de pessoas analfabetas. Esta situação se agrava quando se constata que apenas 7,8% da população rural nesta faixa é alfabetizada (TABELA 30).

TABELA 32
Participação e Taxa de Crescimento dos Estabelecimentos
Públicos e Particulares

Discriminação	Participação (%)				Variação (%)	
	1980		1988		Público	Particular
	Público	Particular	Público	Particular		
Brasil	92,7	7,3	92,6	7,4	-8,8	-8,0
Nordeste	92,3	6,7	93,0	7,0	-8,0	-3,3
Maranhão	94,1	5,9	93,8	6,2	9,9	16,1

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD/IBGE.

Para que se tenha uma melhor idéia da precariedade da educação no Maranhão é interessante assinalar que dos 332.265 alunos matriculados em 1980, na primeira série do 1º grau, menos de 10% matricularam-se na oitava série em 1987, retratando assim, a alta evasão escolar. Ademais, tem-se que de um total de 45.265 professores de ensino de 1º grau em 1989, 41,2% não possuíam o 2º grau com formação para o magistério ou nível superior, e destes, 88% estavam localizados no interior (53).

Deste modo, os resultados insatisfatórios do sistema educacional do Maranhão inviabilizam o ensino à maioria de seus habitantes, como meio para se atingir níveis mais elevados de desenvolvimento social e econômico. Estes resultados são atribuídos sobretudo à desorganização e à falta de prioridade com que tem

(53) Dados da Secretaria de Educação divulgados pelo Plano Pluri-anual do Governo do Estado do Maranhão, 1992-1995. São Luís, 1991, p. 56.

sido tratada a questão da educação, não só a nível de Estado, mas também regional e nacional, no momento em que a preocupação a nível de nações desenvolvidas, está exatamente vinculada à educação de seus habitantes.

3.5. Saúde e Nutrição

O sistema de saúde do Maranhão, influenciado pelo baixo padrão sócio-econômico da população e pela incapacidade do Estado na prestação de serviços de saúde, é um dos mais precários do Brasil. Esta realidade se expressa na esperança de vida ao nascer, no coeficiente de mortalidade geral e no índice de mortalidade infantil.

A esperança de vida ao nascer do maranhense é de 60 anos, devido à associação que se faz pela taxa de mortalidade e pessoas na faixa de 60 a 69 anos na década de 80 (54).

Os dados da TABELA 33 determinam que o número de óbitos por mil habitantes para o Maranhão em 1985 é relativamente alto se comparado com outros Estados da Região Nordeste. Isso ocorre mesmo considerando que mais da metade dos municípios maranhenses deixam de informar com regularidade os óbitos ocorridos. Vale acrescentar que, em 1985, as doenças infecciosas e parasitárias,

(54) Almanaque Perfil do Maranhão 90. P. 148.

bem como as do aparelho respiratório e circulatório foram as causas principais dos óbitos em todas as faixas de idade da população (55).

TABELA 33
Número de óbitos por 1000 habitantes
no Maranhão e Nordeste - 1985

Estados	óbitos / 1000 hab
Maranhão	8,1
Piauí	5,2
Ceará	5,2
R. G. do Norte	5,2
Paraíba	6,8
Pernambuco	7,3
Nordeste	6,3

Fonte: Ministério da Saúde/IPES

O índice de mortalidade infantil no Maranhão, apesar de ter assinalado uma redução progressiva a partir de 1982, é ainda bastante significativo se comparado com o do Brasil. Porém, o seu comportamento ao longo dos anos 80 demonstrou ser um pouco melhor que o do Nordeste (TABELA 34). Em 1986, a taxa de mortalidade infantil no Maranhão foi estimada em 73,5 por mil nascidos vivos, tendo como causa principal de óbitos as doenças infecciosas e parasitárias, associadas à desnutrição e à baixa cobertura vacinal.

(55) Plano Plurianual do Estado do Maranhão. Op. Cit. P. 62.

TABELA 34
Taxa de Mortalidade Infantil por mil
(1980/86)

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Brasil	76,2	69,7	62,7	63,8	68,2	55,0	53,0
Nordeste	120,1	109,3	91,1	101,1	113,7	81,6	74,7
Maranhão	104,5	105,8	107,9	100,6	90,6	82,2	73,5

Fonte: IBGE/IPES

Nota: Dados para o Maranhão - estimativa feita pelo IPES

As doenças relacionadas diretamente com o estado de desnutrição infantil foram responsáveis, no período de 1981/85, por aproximadamente 560 óbitos de crianças antes que essas completassem cinco anos de idade, número este bem maior do que a média do Nordeste (350) e do País (336), calculados para o mesmo período (56).

Considerando a disponibilidade de leitos por habitante, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Saúde do Estado, havia no Maranhão, em 1990, em torno de 2,3 leitos para cada mil habitantes, sendo que 72,6% dos leitos hospitalares do Estado pertenciam à rede privada e só 27,4% à rede pública. É importante acrescentar que 30% dos leitos concentravam-se em São Luís, Imperatriz e Caxias, dentre 80 municípios que possuíam leitos hospitalares (57).

(56) Indicadores Sociais 1981/87. Op. Cit. P. 48.

(57) SILVA, Antônio Rafael da. A Saúde do Homem Maranhense: Proposta para sua viabilização. UFMA, São Luís, 1991. P. 3.

Segundo os dados da Secretaria de Saúde do Estado, o número de médicos por mil habitantes, no período de 1985/90, manteve-se em torno de 0,12 para o Maranhão. Contudo, havia uma grande concentração de médicos nas áreas urbanas, onde há maiores opções de emprego oferecendo melhores condições de salários.

4. CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto ao longo do trabalho, constata-se que nos anos 80, a economia maranhense apresentou um elevado ritmo de crescimento relativamente à Região Nordeste e ao País. Isso possibilitou ao Estado elevar a sua participação relativa no Produto Interno Bruto regional e nacional.

O motivo que permitiu ao Estado obter elevada taxa de crescimento, está ligado, notadamente, à expansão do setor secundário através da implantação de diversos projetos, que mostraram efeitos diretos sobre a renda e receita do Estado e ao bom comportamento do comércio externo.

Embora se verifiquem mudanças significativas no setor secundário, estas não foram suficientes para absorver a mão-de-obra urbana e muito menos a oriunda do campo. Desse modo, esse setor apresentou, no final da década, o menor percentual das pessoas ocupadas. O setor primário vem perdendo a participação no PIB estadual, mas ainda ocupou em 1989, mais de 50% da força de trabalho do Estado.

É importante acrescentar que a economia maranhense apresentou, na década de oitenta, características rurais diferenciadas da maioria dos Estados nordestinos, uma vez que a base de sustentação da economia maranhense está no setor primário, destacando-se a pecuária.

No tocante aos projetos industriais implantados no Estado no período em análise tem-se que eles contribuíram com um número não desprezível para a economia maranhense, através da geração de emprego e renda e do aumento das exportações. No entanto, como foi visto ao longo deste trabalho, esses projetos foram incapazes de dinamizar e provocar um efetivo processo de industrialização no Estado, além de provocar imprevisíveis danos ao meio ambiente e agravar os problemas nos centros urbanos e suas áreas de influência.

A conclusão final do presente trabalho é que a economia maranhense apresentou durante a década de 80, um apreciável dinamismo econômico, apesar da grave crise na economia nacional, que permitiu ao Estado obter uma melhoria mesmo que reduzida na qualidade de vida da população.

Entretanto, a situação da população maranhense é ainda muito crítica, tanto no que diz respeito à concentração de renda, ao alto índice de desemprego e a deficiência do sistema educacional, quanto às condições habitacionais e sanitárias e ainda da saúde e nutrição.

Portanto, o resultado do crescimento econômico do Maranhão nos anos 80, foi concentrado, sem desenvolvimento e muito pequeno para diminuir o distanciamento do Estado em relação a outros estados do Nordeste, necessitando, desse modo, de um cresci-

mento mais acentuado e contínuo na sua estrutura produtiva e não só em alguns segmentos de forma descontínua.

5. BIBLIOGRAFIA

AMARAL FILHO, Jair do. A economia política do Babaçu: Um estudo da organização da extrato indústria do Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.

ARCANGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense. Recife, 1983. Tese de Mestrado.

BORGES, Arlete & GOMES, Lise. Elementos para análise das estratégias de sobrevivência no segmento maranhense do corredor da EEC. São Luís: Maria Fumaça, Caderno de Debates, nº 2, 1990.

COSTA FILHO, João Evangelista. Comércio externo do Maranhão. São Luís: IPES, 1982.

COSTA FILHO, Samuel. Comportamento da economia nordestina em decorrência das políticas de ajustamento econômico dos anos 80. Fortaleza, CAEN, 1992.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. A industrialização do Maranhão no Rastro do Desenvolvimento. São Luís: Maria Fumaça, Cadernos de Debates, nº 2, 1990.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes & RIBEIRO, Évila Brito. Desenvolvimento industrial do Maranhão: ensaio sócio-econômico e histórico. São Luís: UFMA, 1991.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

FIEMA. Cadastro Industrial do Maranhão. São Luís: FIEMA, 1982.

INDICADORES ECONÔMICOS. São Luís: IPES, v. 4, nº 1, 1982.

———. São Luís: IPES, v. 4, nº 2, 1983.

———. São Luís: IPES, v. 5, nº 3, 1984.

———. São Luís: IPES, v. 7, nº 1, Janeiro/Junho, 1989.

INDICADORES SOCIAIS - 1981-87. São Luís: IPES, v. 5, nº 1, 1989.

INSTITUTO EQUATORIAL DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. Nordeste: Indicadores de desenvolvimento e desigualdade 1980/89. Fortaleza, 1990.

JORNAL DA FOLHA DA GAIA. São Luís. Ano 1, nº 3. Junho/1991.

MACÊDO, Lúcio Alves de. A preservação do meio ambiente: direito e dever de todos. São Luís: UFMA, 1991.

MARANHÃO, Governo do Estado. Mensagem do Governador - Cafeteira - à Assembleia Legislativa. São Luís: SEPLAN, 1990.

MARANHÃO, Governo do Estado. Plano de Governo 1988-90. São Luís, 1987.

MARANHÃO, Governo do Estado. Plano Plurianual 1992-95. São Luís, 1991.

MARTINS, Maria Teresa de Lima, DIAS, Marilena Sobreira, FROTA, Myrtes Barbosa & BRAGA, Ronaldo Ferreira. A Indústria de Alumínio: Causas e conseqüências de sua implantação em São Luís do Maranhão. São Luís, 1982.

MELO, Maria Cristina Pereira de. O bater dos panos. São Luís: SIOGE, 1990.

MOREIRA, José Cursino Raposo. A implantação da Alcoa em São Luís: uma análise espacial da inserção do Maranhão no Pólo de alumínio da Região Norte do Brasil. Dissertação de mestrado apresentada ao CEDEPLAR da UFMG. Belo Horizonte, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: monopólio, exportação e conflitos. Campinas: Papyrus, 1987.

POLARY, José Henrique Braga. Reflexões sobre o quadro global e setorial da economia maranhense. São Luís: IPES, 1978.

REVISTA FIPES. São Luís: IPES, v. 1, nº 1, 1980.

REVISTA FIPES. São Luís: IPES, v. 2, nº 2, 1983.

SILVA, Antônio Rafael da. A saúde do homem maranhense: proposta para sua viabilização. São Luís: UFMA, 1991.

SILVA FILHO, José Raimundo da. Formação Econômica do Maranhão: o caso da indústria têxtil. Fortaleza: UFC/CAEN, dissertação de mestrado, 1990.

SUDAM/UFMA. Necessidades de treinamento de mão-de-obra em áreas de influência do Programa Grande Carajás. São Luís: ADUFMA, 1990.

SUDENE. Produto e Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público - Nordeste do Brasil 1960-1987. Recife, 1990.

TRIBUZI, Bandeira. Formação econômica do Maranhão. São Luís: FIPES, 1981.

VIANA, César Rodrigues. Desenvolvimento agrícola do Maranhão: a pequena e média produção. São Luís: UFMA, 1991.

VIVEIROS, Jerônimo de. História do comércio do Maranhão 1612-1825. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

WAGNER, Alfredo. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e violência na Amazônia. São Luís: Maria Fumaça, caderno de debate, nº 2, 1990.